



SEGURANÇA PÚBLICA

BOLETIM INFORMATIVO



Índice

03

Ministro garante a presas transexuais direito a recolhimento em presídios femininos

05

Sancionada lei que permite internação compulsória de usuário de drogas

06

MP discute integração da rede de atendimento à mulher vítima de violência em Jequié

07

Atuação integrada entre MP e Polícia impede guerra de espadas em Senhor do Bonfim

10

MP e UFBA discutem parcerias na área de Segurança Pública

11

Plenário do Senado aprova PEC de proteção de dados pessoais

12

CCJ pretende criminalizar prática de perseguição obsessiva, o “stalking”

13

Justiça restaurativa contribui para pacificação da sociedade

14

Promotoria (MPPA) e comunidade discutem protocolo para tratar conflitos agrários

15

Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social realiza primeira reunião do ano

16

UAI Boca do Rio poderá abrigar até 25 casais de moradores em situação de rua

17

Atlas da violência: 75,5% das vítimas de homicídios no Brasil são negras



Ministro garante a presas transexuais direito a recolhimento em presídios femininos

Em sua decisão, o ministro Roberto Barroso enfatizou que o direito à proteção física e mental das pessoas LGBTI tem amparo em diversos preceitos constitucionais, como o da dignidade humana, o direito à não discriminação, o direito à vida e à integridade física, além da vedação à tortura e ao tratamento desumano.

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que as presas transexuais femininas sejam transferidas para presídios femininos. A decisão cautelar foi tomada na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 527, em que a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT) questiona decisões judiciais contraditórias na aplicação da Resolução Conjunta da Presidência da República e do Conselho de Combate à Discriminação 1/2014. A liminar, no entanto, não alcança as travestis, pois, segundo o ministro, ainda não há informações que permitam reconhecer, com segurança, à luz da Constituição Federal, qual é o tratamento adequado a ser conferido a este grupo.

Ministro garante a presas transexuais direito a recolhimento em presídios femininos

O artigo 1º resolução conjunta prevê a oferta de espaços de vivências específicos às travestis e aos gays privados de liberdade em unidades prisionais masculinas, considerando a sua segurança e sua especial vulnerabilidade. O artigo 4º estabelece que as pessoas transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para as unidades prisionais femininas, garantindo tratamento isonômico entre as mulheres trans e as demais mulheres que se encontrarem em privação de liberdade. No entanto, segundo a ABGLT, alguns juízos de execução penal têm interpretado a norma de forma a frustrar a efetivação dos direitos desses grupos a tratamento adequado no âmbito do sistema carcerário, resultando em violação aos preceitos fundamentais da dignidade humana, da proibição de tratamento degradante ou desumano e do direito à saúde de tais grupos.

Em sua decisão, o ministro Barroso explicou que transexuais são as pessoas que se identificam com o gênero oposto ao seu sexo biológico. “São, portanto, aquelas que têm uma percepção de que seu corpo é inadequado à forma como se sentem, e buscam ajustá-lo à imagem de gênero que têm de si”, afirmou. As travestis, embora se apresentem para o mundo com o gênero oposto àquele correspondente a seu sexo biológico, não percebem seu corpo como inadequado. “Elas não têm aversão a seus órgãos sexuais e, portanto, não querem modificá-los”, ressaltou.

Para ler mais:
<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=415208>

Sancionada lei que permite internação compulsória de usuários de drogas

O governo federal sancionou a Lei 13.840, que autoriza a internação compulsória de dependentes químicos, sem a necessidade de autorização judicial. O texto, com alguns vetos, foi publicado nesta quinta-feira (5/6) no Diário Oficial da União.

A norma estabelece ainda que a internação involuntária deverá ser feita em unidades de saúde e hospitais gerais, com aval de um médico e prazo máximo de 90 dias, tempo considerado necessário à desintoxicação.

A solicitação para que o dependente seja internado poderá ser feita pela família ou responsável legal. Não havendo nenhum dos dois, o pedido pode ser apresentado por servidor da área da saúde, assistência social ou de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad).

A lei também inclui no Sisnad as comunidades terapêuticas acolhedoras. No entanto, a permanência dos usuários nesses estabelecimentos de tratamento deve ocorrer apenas de forma voluntária, devendo o paciente formalizar por escrito a vontade de ser internado.

O texto estabelece que esses locais devem servir de “etapa transitória para a reintegração social e econômica do usuário de drogas”. Ainda que o paciente manifeste o desejo de aderir às comunidades, será exigido uma avaliação médica prévia do dependente. Vetos

Entre os vetos, o Planalto rejeitou uma parte do texto sobre reinserção social e econômica, que previa reserva de 30% das vagas em empresas vencedoras de licitação para obras públicas para pessoas atendidas pela política antidrogas.

Também não foi incluída na nova lei as deduções do Imposto de Renda nas doações por pessoas físicas ou jurídicas a projetos de atenção a dependentes químicos, assim como vários pontos que tratavam da organização do Sisnad, incluindo funcionamento e composição de alguns conselhos.



MP discute integração da rede de atendimento à mulher vítima de violência em Jequié

A integração, fortalecimento e estruturação da rede de atendimento à mulher em situação de violência doméstica foi tema de reunião ontem (26) entre diversas instituições que atuam no município de Jequié. O evento fez parte do cronograma de atividades do Comitê Interinstitucional de Segurança Pública (Cisp) de Jequié, instituído em 2015 pelo Ministério Público estadual. Na reunião, o promotor de Justiça Saulo Mattos apresentou o panorama atual da violência doméstica no município, onde há 414 medidas protetivas e mais de 300 ações penais em andamento, e o esboço de um plano para unir as ações de apoio às vítimas.

Também presentes no evento, a Polícia Militar comunicou a futura implantação da ronda Maria da Penha na cidade, atualmente em fase de capacitação de equipes; já a Defensoria Pública falou sobre o projeto Ações Reflexivas, que busca conscientizar agressores e pode ser desenvolvido também em Jequié; e a Polícia Civil, a Secretária Municipal de Saúde e o Departamento de Polícia Técnica abordaram a necessidade de maior comunicação sobre os crimes cometidos contra a mulher.

Outras ações que foram coordenadas no evento foram: a execução de mutirões de audiências sobre o tema; a programação de ações em regiões socialmente vulneráveis e a construção de casas-albergue para proteção da mulher. Além disso, acontecerão ciclos de seminários sobre violência doméstica – nos dias 10 e 11 de setembro, por exemplo, o Cisp organizará um evento para apresentar dados de pesquisas realizadas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) sobre o tema. Representantes da Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher, da Guarda Municipal, da Secretaria de Ação Social, da Secretaria de Relações Institucionais do Município, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Rodoviária Federal, da Uesb, da Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, do Núcleo de Atendimento à Mulher, da diretoria geral da UPA e diretores escolares da região também compareceram à reunião de ontem.

Fonte: <https://www.mpba.mp.br/noticia/47018>



#MpnoSãoJoão: Atuação integrada entre MP e Polícia impede guerra de espadas em Senhor do Bonfim

A atuação do Ministério Público estadual, em parceria com as polícias Militar, Civil e Rodoviárias Federal e Estadual conseguiu impedir a realização da guerra de espadas que há décadas ocorria no Município de Senhor do Bonfim entre a noite do dia 23 e a madrugada do dia 24. Este ano, a polícia registrou apenas episódios isolados de soltura do artefato e ninguém foi preso, o que se refletiu nas unidades de saúde, onde somente quatro feridos deram entrada com casos ligados a espadas.

A promotora de Justiça Joseane Nunes considerou o resultado positivo. “A atuação do MP foi maciça em divulgar, ao longo do ano, quais as consequências que uma espada pode trazer ao cidadão, bem como no sentido de esclarecer que se trata de um crime tipificado pelo estatuto do desarmamento. Nossa leitura é que a população entendeu nossa mensagem. Poucos foram os espadeiros que foram às ruas, havendo apenas poucos casos isolados”, destacou, a promotora, salientando que o trabalho preventivo continua já com vistas ao ano que vem.

Desde a noite de ontem (23) e durante a madrugada de hoje (24), um efetivo de 50 policiais divididos em três guarnições das Rondas Especiais (Rondesp Norte), duas do Comando de Policiamento Especializado (Cipe Caatinga), além de seis motos, ocuparam as ruas Costa Pinto e Júlio Silva, onde normalmente se concentram os espadeiros.





#MpnoSãoJoão: Atuação integrada entre MP e Polícia impede guerra de espadas em Senhor do Bonfim

Houve resistência e a polícia foi atacada com pedras, espadas e rojões, revidando com balas de borracha e bombas de efeito moral. Parte do material usado contra as guarnições foi apreendido pela PM e apresentado hoje pela manhã aos promotores de Justiça Joseane Nunes e Rodolfo de La Fuente. Entre os dias 20 e 23, a Polícia Militar registrou apenas seis ocorrências. No mesmo período, a Polícia Civil registrou 79 casos, todos de menor gravidade. Além do policiamento ostensivo na festa, as polícias Militar e Rodoviárias Federal e Estadual realizaram a Operação Paz no Trânsito, realizando abordagens preventivas para combater o uso de bebidas alcoólicas.

Hoje, os promotores de Justiça estiveram também na Unidade de Pronto Atendimento 24 horas do Estado da Bahia, que atendeu 102 pessoas entre a noite de ontem e a madrugada de hoje, sendo apenas quatro casos ligados ao uso de espadas. A promotora Joseane Nunes informou que o paciente que se feriu usando uma espada responderá na Justiça por violar o estatuto do desarmamento. Uma paciente atingida por bala de borracha no olho foi transferida da UPA para o Hospital Municipal Dom Antônio Monteiro, de onde foi regulada para Recife por meio da Rede Interestadual de Saúde do Vale do Médio São Francisco Pernambuco-Bahia (Rede PeBa). Os outros dois casos foram de menor gravidade. Hoje, no último dia da festa, o plantão integrado continua em funcionamento.

Fonte: <https://www.mpba.mp.br/noticia/46981>

MP e UFBA discutem parcerias na área de Segurança Pública

O Ministério Público e a Universidade Federal da Bahia estão discutindo a possibilidade de firmar uma parceria que aproxime o meio acadêmico e o MP, através da cooperação nos projetos do Comitê Interinstitucional em Segurança do Estado da Bahia (Cisp) e da Unidade de Monitoramento de Execução da Pena e Medidas de Segurança (Umep), ambos projetos desenvolvidos no âmbito do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública (Ceosp).

Na reunião realizada ontem, 10, no Ceosp, os professores da Ufba Ivone Ferreira Costa, Horácio Néelson Filho, Karine Freitas e Sílvio Araújo debateram detalhes da parceria com o coordenador do Ceosp, procurador de Justiça Geder Gomes, os promotores de Justiça Edmundo Reis e Rodrigo Cavalcanti, coordenadores, respectivamente da Umep e da Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência (CSI), além do diretor de Tecnologia da Informação, Yuri Araújo.

A parceria envolverá a produção de ferramentas na área de Segurança Pública e Defesa Social. "Essa parceria amplia as relações entre o MP e o meio acadêmico, por meio de uma cooperação que, para além da área de Segurança Pública e Defesa Social, pode gerar repercussões em setores fundamentais como o de Direitos Humanos", salientou Geder Gomes.

No encontro, o promotor de Justiça Edmundo Reis apresentou o projeto 'Academia Vai ao Cárcere', criado no âmbito da Umep com o objetivo de ir além das atribuições da execução penal, por meio de um trabalho que busca alcançar a política penitenciária como um todo, inserindo nela as questões atinentes ao detento.

O promotor, que listou entre os objetivos do programa a produção de conhecimento científico, por meio de artigos, monografias, pesquisas e outros projetos acadêmicos, anunciou que será montada na Umep uma biblioteca que disponibilizará a produção acadêmica da Unifacs, bem como trabalhos de mesmo teor já produzidos pela Ufba. Uma nova reunião será agendada para debater os detalhes referentes ao Cisp e deverá contar com a participação do gerente do projeto, promotor de Justiça Gilber Oliveira.

Fonte: <https://www.mpba.mp.br/noticia/46820>

Plenário do Senado aprova PEC de proteção de dados pessoais

Com 62 votos favoráveis, o plenário Senado aprovou, nesta terça-feira (2/7), a Proposta de Emenda à Constituição 17/2019, que inclui a proteção de dados pessoais, inclusive os disponíveis em meios digitais, na lista das garantias individuais da Constituição Federal.

O texto, após acordo e votação em dois turnos, seguirá para a Câmara dos Deputados. De autoria do senador Eduardo Gomes (MDB-TO), foi relatado pela senadora Simone Tebet (MDB-MS).

Para o autor, a proteção de dados pessoais é uma continuação da proteção da intimidade. Segundo Simone, a PEC deixa claro que é competência da União legislar sobre a proteção de dados pessoais.

Para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais, a PEC 17/19, dá nova redação ao artigo 5º da Constituição Federal. O texto inicial acrescenta ao dispositivo o inciso XII-A, estabelecendo que “é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção de dados pessoais, inclusive nos meios digitais”

Na justificação da PEC 17/19, o autor afirma que a proteção de dados pessoais é fruto da evolução histórica da própria sociedade internacional, e consideram que diversos países já adotaram normas sobre o tema. “Isso porque o assunto, cada vez mais, na Era informacional, representa riscos às liberdades e garantias individuais do cidadão”, diz.

Em relação à competência, a proposta também altera o artigo 22 da CF, fixando competência privativa da União para legislar sobre a proteção e o tratamento de dados pessoais. Os senadores pontuam que existem propostas de leis estaduais e municipais sobre o tema e ressaltam a necessidade de se ter uma legislação uniforme a nível nacional nesse sentido.

Fonte: <https://www.conjur.com.br/2019-jul-02/plenario-senado-aprova-pec-protacao-dados-pessoais>





CCJ pretende criminalizar prática de perseguição obsessiva, o “stalking”

A criminalização da perseguição obsessiva, mais conhecida como stalking, está na mira da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O termo em inglês se refere a um tipo de violência em que a vítima tem a privacidade invadida fisicamente, por ligações telefônicas, mensagens eletrônicas ou pela internet. Em reunião nesta quarta-feira (3), dois projetos sobre o tema chegaram a ser incluídos na pauta do colegiado, mas pedidos de vista adiaram a votação das propostas após discussão sobre quais punições devem ser aplicadas a essa conduta.

Para ler mais:
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/07/03/ccj-pretende-criminalizar-pratica-de-perseguiçao-obsessiva-o-2018stalking2019>

Justiça restaurativa contribui para pacificação da sociedade

Todo brasileiro tem assegurado por lei o direito à integridade pessoal, mas a realidade é um pouco diferente do que vai no papel. Quando um indivíduo agride outro, seja física, psíquica ou moralmente, é muito difícil que esse dano seja reparado. Em primeiro lugar, por causa da lentidão das ações judiciais. Mas mesmo quando há condenação, o encarceramento, por si só, não conserta os estragos. Tampouco impede que, cumprida a pena, o autor do delito volte a delinquir.

Visando justamente reparar, na medida do possível, esse tipo de dano é que nasceu a justiça restaurativa. À primeira vista, o modelo pode parecer ingênuo e excessivamente brando com os autores de crimes.

Entretanto, o método pelo qual a Justiça atua como facilitadora de um acordo entre a parte que errou e a vítima pode servir como alternativa para um país sobrecarregado por crimes, em boa parte impunes, e pelos problemas decorrentes de um sistema prisional violento e pouco educativo.

Por intermédio de um facilitador, a justiça restaurativa reúne vítima, ofensor e comunidade — o que pode incluir a família dos envolvidos e testemunhas. O facilitador atua como único representante do aparato judicial. O papel dele é acompanhar o processo, não tomar decisões ou proferir sentenças. Cabe à vítima o papel principal, como decidir os locais das reuniões, dias e horários, além de aceitar a oferta de reparação, recuperando o poder que lhe havia sido subtraído pela ação do ofensor. O desfecho resulta do entendimento entre os envolvidos.

Instituída formalmente no Brasil pela Resolução 225, de 2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a justiça restaurativa ganhou naquele ano o nome de Política Nacional de Justiça Restaurativa no Poder Judiciário. Experiências nesse campo, porém, já vinham sendo realizadas desde 2005 na cidade de Porto Alegre, segundo informe do Ministério Público do Paraná. Em termos mundiais, o modelo data do final dos anos 1970.



Promotoria (MPPA) e comunidade discutem protocolo para tratar conflitos agrários



O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio da Promotoria de Justiça Agrária da 1ª Região e do Centro de Apoio Operacional Cível, promoveu nesta 2ª feira (1º) uma oficina para elaboração do “Protocolo de Tratamento de Conflitos Agrários e Fundiários”. O evento ocorreu em Belém, no auditório “Fabrício Ramos Couto”, do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MPPA.

O protocolo será utilizado pelas Câmaras de Tratamento de Conflitos Agrários e Fundiários no âmbito da Promotoria Agrária da 1ª Região, que tem previsão de instalação para agosto de 2019. A finalidade é estimular o tratamento judicial e extrajudicial dos conflitos, por meio de autocomposição e outras metodologias, nos casos dessa região que envolvam conflitos agrários e fundiários.

A oficina foi aberta a instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, setores acadêmicos, dentre outros, interessados com atuação na área.

“Nosso objetivo na oficina de hoje foi compor o desenho inicial do protocolo que vai ser usado pela Câmara de Tratamento de Conflitos da Primeira Região Agrária, vinculada à Promotoria Agrária de Castanhal. Então a ideia é ouvir as pessoas, para compor os elementos essenciais desse protocolo, para que ele seja o guia orientador das atividades da Câmara”, explica a promotora Agrária da 1ª Região, Elaine Moreira.

As Câmaras precisam ter o seu funcionamento orientado pelo contexto atual da questão fundiária. Por isso a necessidade de fazer um edital em que todos os interessados participem e apresentem a sua visão sobre qual o contexto fundiário do Estado, quais os procedimentos que devem ser adotados pela Câmara, os limites e princípios. “É uma convenção entre os interessados de como vai ser o funcionamento da Câmara”, destaca Moreira.

(...)

Para ler mais: <https://www2.mppa.mp.br/noticias/promotoria-discute-com-a-comunidade-protocolo-para-conflitos-agrarios.htm>

Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social realiza primeira reunião do ano

O Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social realizou, nessa quinta-feira (04), em Brasília (DF), a primeira reunião do colegiado na atual gestão. O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, presidente do Conselho, conduziu as discussões. Além do ministro, compuseram a mesa diretiva: o secretário Nacional de Segurança Pública, Guilherme Theophilo, o secretário-executivo do MJSP, Luiz Pontel, e o secretário-executivo do Conselho, Renato Ivo.

“Temos muito o que discutir, no que diz respeito aos temas submetidos ao Conselho. Desta forma, agradecemos aos conselheiros pela presença e por priorizarem esse momento de debate e discussão em favor das diretrizes de políticas de segurança pública”, afirmou o ministro Sergio Moro.

Em pauta, os conselheiros, os quais são representantes das organizações públicas e da sociedade civil, discutiram temas específicos e atuais projetos do MJSP na área de Segurança Pública e apresentaram, contribuições e sugestões para a prevenção e repressão à criminalidade no país.

Neste encontro, marcaram presença representantes da Associação dos Delegados de Polícia Civil (ADEPOL); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Casa Civil; Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros (OAB); Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Conferência da Agricultura e Pecuária do Brasil; Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública (CONSESP); Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária do Brasil (Consej); Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (Ligabom); Conselho Nacional de Comandantes Gerais (CNCG); Conselho Nacional das Guardas Municipais (CNGM); Instituto Besouro de Fomento Social e Pesquisa e Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (FENEME); Ministério da Defesa; Ministério da Economia e Projeto Educação e Cidadania de Afrodescendentes (Educafro).

Fonte: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1562262713.99>



UAI Boca do Rio poderá abrigar até 25 casais de moradores em situação de rua

Depois dos Barris, o bairro da Boca do Rio também passa a sediar uma Unidade de Acolhimento Institucional (UAI) – a décima em Salvador – que terá capacidade para abrigar 25 casais de moradores em situação de rua. Localizada na Rua Orlando Moscoso, 8, a estrutura foi inaugurada pela Prefeitura nesta sexta-feira (28), com as presenças do prefeito ACM Neto, do vice Bruno Reis e do secretário de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre), Leo Prates, dentre outras autoridades e corpo técnico da instituição.

“A Prefeitura está fazendo o maior investimento da história, de mais de R\$60 milhões, em relação aos moradores de rua. Sabemos que eles são vítimas de um problema social grave no Brasil, que é a desigualdade econômica e falta de oportunidades. Através de um tratamento humanizado, será dado exatamente todo o apoio que essas pessoas precisam. Tenho certeza que, em breve espaço de tempo, vamos ter uma outra perspectiva de apoio e suporte às pessoas em condição de rua na capital”, avaliou ACM Neto.

A UAI Boca do Rio será administrada pela Associação Pleno Cidadão (Aspec), entidade selecionada através de chamamento público municipal. A presidente da entidade, Maria Conceição Pinto, ressaltou que o acolhimento é feito com a garantia de total individualidade, respeito e identidade dos moradores de rua como seres humanos. “Aqui será trabalhada a reinserção social dos casais na sociedade. Será prestada assistência à saúde, documentação, fortalecimento de vínculos familiares e, em breve, também capacitação profissional. Queremos mostrar para eles que é possível retomar a própria vida e viver dignamente, até porque ninguém vive na rua porque quer”, completou.

Fonte: <http://www.semps.salvador.ba.gov.br/uai-boca-do-rio-podera-abrigar-ate-25-casais-de-moradores-em-situacao-de-rua/>

Atlas da violência: 75,5% das vítimas de homicídio são negras

Foi divulgado o Atlas da Violência 2019, que revela dados assustadores sobre os homicídios de pessoas pretas e pardas no país. O estudo foi elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros, definidos no estudo como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE, utilizada também pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

A taxa de homicídios foi de 43,1 para cada 100 mil pessoas negras. Enquanto isso, a taxa observada para pessoas não negras (brancas, amarelas e indígenas) foi de 16 para cada 100 mil.

Os dados mostraram que, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos.

Houve uma piora na desigualdade de letalidade racial no Brasil. No período de uma década (2007 a 2017), a taxa de homicídios de pessoas negras cresceu 33,1%. No mesmo período, a taxa de homicídios de pessoas não negras cresceu 3,3%.

Analisando apenas o último ano, enquanto a taxa de mortes de negros cresceu 7,2%, a de não negros apresentou relativa estabilidade, com redução de 0,3%.

Os cinco estados com maiores taxas de homicídios de negros estão localizados na região Nordeste. Em 2017, o Rio Grande do Norte apresentou a taxa mais alta, com 87 mortos a cada 100 mil habitantes negros, mais do que o dobro da taxa nacional, seguido por Ceará (75,6), Pernambuco (73,2), Sergipe (68,8) e Alagoas (67,9).

O Rio Grande do Norte apareceu nessa lista como detentor do maior índice de crescimento de homicídios de negros na década: 333,3%. Seguindo a lista, outros estados com crescimento acentuado desse índice foram Acre (+276,8%), Ceará (+207,6%) e Sergipe (155,9%).

Os estados com as menores taxas de homicídio de negros foram São Paulo, com 12,6 negros a cada 100 mil habitantes deste segmento; Paraná, com 19,0; e Piauí, com 21,5. Ressalte-se que oito unidades da federação observaram redução nesta taxa entre 2007 e 2017: São Paulo (-40,7%), Distrito Federal (-40,4%), Espírito Santo (-18,1%), Rio de Janeiro (-12,9%), Paraná (-11,9%), Mato Grosso do Sul (-11,4%), Minas Gerais (-4,9%) e Pernambuco (-0,9%). O Paraná continua sendo o único estado a observar taxa de homicídio de não negros superior à de negros: 26,5 contra 19,0.

Fonte: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/atlas-da-violencia-75-por-cento-das-vitimas-de-homicidios-no-brasil-sao-negras/>



ATLAS DA
VIOLÊNCIA

2019

Expediente

CEOSP

Coordenador

Geder Luiz Rocha Gomes

Equipe

Renato Mendes Costa Figueiredo – Assessor Jurídico

Carollina Aragão Ferreira Binda – Analista Jurídico

Roberto Catai Ferreira Junior – Assistente Técnico-Administrativo

Henilda Amaral de Melo – Oficial Administrativo

Adoniza do Nascimento Dias Gomes – Analista Técnico – Assistente Social

Sandra Maria Brito Silva – Analista Técnico – Assistente Social

Melanie Borges Valgueiro – Estagiária de Direito

Anderson Vinicius de Jesus Pereira – Estagiário de Ensino Médio

Kadija Teles Borges – Estagiária de Administração

Daniele Viana Silva Santos – Estagiária de Serviço Social

Juliane Lisboa Bispo – Estagiária de Serviço Social

✉ ceosp@mpba.mp.br

☎ 71 3103-0381

☎ 71 3103-0382

☎ 71 3103-0383



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL -
CEOSP

5ª Avenida, nº 750, sala 129, CAB – Salvador, BA – Brasil – CEP 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui